

## EDUCAÇÃO AMBIENTAL: PARA QUEM ELA SERVE AFINAL?

Uma discussão sobre a RESEX de Tauá-Mirim e projetos de desenvolvimento no povoado de Porto Grande

Emanoelle Lyra Jardim<sup>1</sup>

### RESUMO:

O artigo tem como objetivo estudar os grandes projetos de desenvolvimento oriundos dos desdobramentos do modelo de desenvolvimento decorrentes das investidas modernizadoras e suas conseqüências sócio-ambientais no povoado de Porto Grande, situado na região rural da Ilha do Maranhão. O processo de criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim é uma estratégia de defesa territorial e resistência a projetos desenvolvimentistas. O Plano de Manejo da referida reserva extrativista deverá envolver os povoados situados na RESEX, as universidades, os órgãos ambientais e o poder público. A educação ambiental que se anseia é aquela que se encontra pautada na resistência ao bombardeio conservador de uma realidade alienante aos “progressos”.

Palavras-chaves: Educação ambiental. Reserva de Tauá-Mirim. Projetos de desenvolvimento. Porto Grande

### ABSTRACT:

The article aims at studying the major development projects from the fallout of the development model resulting from assaults and modernizing its social and environmental consequences in the town of Porto Grande, located in rural Isle of Maranhao. The process of creation of the Extractive Reserve of Tauga-Mirim is a strategy of territorial defense and resistance to development projects. The Management Plan of that extractive reserves should involve the villages situated in the extractive reserves, universities, environmental agencies and

<sup>1</sup> Estudante. Universidade Estadual do Maranhão. eljflores@hotmail.com



public authorities. Environmental education is the one who craves that is based on conservative resistance to the bombing of an alienating reality to "progress."

**Keywords:** Environmental education. Reserve Taua-Mirim. Development projects. Porto Grande

## I-INTRODUÇÃO

No Brasil, na década de 1950, a subordinação à lógica do capital internacional a partir da implantação da industrialização determinou o processo de inserção às dinâmicas do imperialismo americano e a dependência da economia brasileira ao majoritário projeto de "prosperidade econômica" internacional.

A retomada acelerada de grandes projetos de desenvolvimento oriundos dos desdobramentos do modelo de desenvolvimento decorrentes dos investimentos modernizadores dos governos ditatoriais instalados após 1964 contaram com a participação da iniciativa privada brasileira e internacional. O modelo previa a industrialização, a modernização do país e a integração da Amazônia à dinâmica econômica nacional e internacional. (BUNKER, 1988; SANT'ANA JÚNIOR, 2004; SANT'ANA JÚNIOR et al, 2009a).

No Maranhão, os desdobramentos deste projeto e de outras iniciativas desenvolvimentistas levaram à implantação da infraestrutura necessária para a exploração e/ou escoamento da produção mineral, florestal, agrícola, pecuária e industrial do próprio Maranhão e de estados vizinhos. Desde o final da década de 1970, foram implantados: extensa rede de estradas de rodagem cortando todo o território estadual e ligando-o ao restante do país; a Estrada de Ferro Carajás, ligando as grandes minas do sudeste do Pará ao litoral maranhense (administrada pela Companhia do Vale do Rio Doce); o Complexo Portuário de São Luís, formado pelos Portos do Itaqui, Grande (estes dois administrados pela estatal estadual Empresa Maranhense de Administração Portuária-EMAP, da Ponta da Madeira (pertencente à Vale) e da Alumar (pertencente ao Consórcio Alumínio do Maranhão, subsidiária da multinacional do alumínio Alcoa); a hidrelétrica do Estreito e a Termelétrica do Porto do Itaqui (estes últimos em fase de construção). Paralelo e associadamente a estas grandes obras de infra-estrutura, foram instalados neste período: oito usinas de processamento de ferro gusa nas margens da Estrada de Ferro Carajás; uma grande indústria de alumina e alumínio (Alumar) e bases para estocagem processamento industrial de minério de ferro ( Vale) na Ilha do Maranhão; um centro de



lançamento de artefatos espaciais (Centro de Lançamento de Alcântara-CLA), em Alcântara; projetos de monocultura agrícola (soja, sorgo, milho) no sul e sudeste do estado; projetos de criação de búfalos, na Baixada Maranhense; ampliação da pecuária bovina extensiva, em todo o Maranhão; projetos de carcinicultura, no litoral. (SANT'ANA et al, 2009a, p.3-4)

De acordo com Sant'Ana Júnior et al (2009b, p.30)

Em 2001, o governo do Estado do Maranhão assinou um protocolo de intenções com a Vale com vistas à construção do Pólo Siderúrgico. No projeto original do pólo, a área destinada às instalações físicas das usinas seria de 2.471,71 hectares, localizados entre o Porto do Itaqui e o Rio dos Cachorros, na região administrativa municipal do Itaqui/Bacanga.

Em 2004, esta área foi declarada como de utilidade pública para fins de desapropriação pelo governo do Estado do Maranhão (Decretos nº 20.727-DO, de 30/08/2004, e nº 20.781-DO, de 29/09/2004). Por se tratar de uma área localizada na Zona Rural, o que poderia barrar a retirada compulsória de 14.400 pessoas distribuídas em doze povoados (Vila Maranhão, Taim, Cajueiro, Rio dos Cachorros, Porto Grande, Limoeiro, São Benedito, Vila Conceição, Anandiba, Parnuaçu, Camboa dos Frades e Vila Madureira) seria a Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de São Luís. Segundo esta lei, empreendimentos industriais somente podem ser instalados em Zona Industrial. Porém, a Prefeitura de São Luís encaminhou à Câmara Municipal um projeto de alteração da lei que modificaria a área em questão em Zona Industrial (SANT'ANA JÚNIOR et al, 2009b).

Além disso, o deslocamento previsto dos moradores desta localidade foi orquestrado pelo Governo do Estado e a Companhia Vale do Rio Doce com a contratação da empresa paulista Diagonal Urbana Consultoria LTDA.

Visando viabilizar o deslocamento daqueles que atualmente ocupam a área destinada ao pólo, o Governo do Estado e a Companhia Vale do Rio Doce contrataram a empresa paulista Diagonal Urbana Consultoria LTDA para fazer o Diagnóstico Sócio-Organizativo da área (MENDONÇA, 2006) A Diagonal entrou em contato direto com os moradores, levantou dados e chegou a marcar com tinta preta e numeração as casas das famílias que deveriam ser deslocadas (com exceção de parte das casas de Rio dos Cachorros e do povoado do Taim, onde os moradores resistiram e impediram esta marcação). Paralelamente, a Companhia Vale do Rio Doce instalou uma draga na praia próxima ao Povoado do Cajueiro, que retira areia do local e visa aumentar a profundidade das águas. Esta draga tem trazido problemas e prejuízos para os pescadores do povoado, que afirmam ter diminuído os estoques de peixe e crustáceos, e aumentando a sensação de insegurança com relação às possibilidades de permanência no local (SANT'ANA JÚNIOR & MENDONÇA, 2006 apud SANT'ANA JÚNIOR et al, 2009b, p.33).



Os ditos projetos de desenvolvimentos situados na região colocam em risco iminente a biodiversidade além de provocar graves alterações no modo de vida das comunidades locais. Exemplo disso é a ALUMAR (Consórcio de Alumínio do Maranhão), instalada na década de 1980, que utiliza o porto localizado na confluência do Estreito dos Coqueiros com o Rio dos Cachorros.

O Porto da Alumar tem capacidade para atracação de navios de até 50 mil toneladas. É responsável pelo desembarque das matérias-primas e insumos para a produção como, por exemplo, bauxita, coque, piche, carvão e soda cáustica e, também, pelo escoamento de sua produção. Os impactos ambientais causados pelo tráfego intenso de navios de grande calado, pelos processos de dragagem do canal (que são necessários para manter a profundidade) e da possível descarga de dejetos e água de lastro, podem estar ocasionando a diminuição do pescado na região, com o desaparecimento de algumas espécies de peixes que freqüentavam o estuário, configurando-se como primeiro sintoma do desequilíbrio ambiental observado nos relatos dos moradores (DAMASCENO & BARBOSA, 2009, p.142).

Não se vê notícias na mídia maranhense de que estes empreendimentos diminuem a produtividade pesqueira da região. Substâncias nocivas são desembarcadas nos portos, a exemplo do coque (combustível derivado do carvão betuminoso), o carvão e a soda cáustica e as constantes dragagens efetuadas, necessárias para manter a profundidade do canal, considerando-se o grande calado dos navios, fatores esses que causam o rebaixamento e/ou a extinção de inúmeras espécies marítimas (CARVALHO, 2009).

Difunde-se a ilusória ideologia de que estes empreendimentos são benéficos para a economia do Estado e escamoteiam as pessoas que estão inseridas nas respectivas localidades que sofrem impactos extremamente penosos.

A trama destes projetos se deve aos enormes impactos sociais e ambientais advindos de projetos desenvolvimentistas que visam tão somente a geração de lucros não levando em conta a presença de pessoas, de comunidades denominadas tradicionais, que utilizam o referido território com vistas à reprodução social e cultural, além do forte impacto ambiental com alterações climáticas e da ameaça aos manguezais situados na região. Na área em questão reside uma população que possui um modo de vida característico, e que demanda a criação de uma reserva extrativista, a Resex de Tauá-Mirim

A criação da RESEX seria vantajosa porque a população se transformaria, oficialmente, em guardiã da floresta ajudando na conservação daquele ambiente. Por outro lado, a população se beneficiaria do direito de uso da terra, regulado pelo plano de manejo, diminuindo a possibilidade de êxodo rural, e conseqüente marginalização da população, ou exaustão dos recursos naturais, dos quais a população extrativista sobrevive (DAMASCENO & BARBOZA, 2009, p. 126-127).



As reservas extrativistas, segundo a legislação ambiental brasileira, são modalidades de unidades de conservação pertencentes à categoria de unidades de uso sustentável. São áreas destinadas à exploração sustentável realizada por populações tradicionais que dependem do extrativismo e/ou agricultura de subsistência com fins de uso sustentável dos recursos naturais, além da manutenção do modo de vida dessas populações.

A região na qual se pretende implantar a Reserva Extrativista de Tauá-Mirim está localizada em uma área no sudoeste do município de São Luís e da Ilha do Maranhão, região voltada para a Baía de São Marcos, integrante do Golfão Maranhense. Esta área, conforme “Laudo Sócio-Econômico e Biológico para criação da Reserva Extrativista” elaborado pelo IBAMA/CNPT-MA (2006), é considerada prioritária para conservação da biodiversidade de espécies marinhas, como o peixe boi (*Trichechus manatus*), o guaiamu (*Cardizoma guanhum*), o cação-bicuda (*Zyphius cavirostris*), o mero (*Epinephelus itajara*), espécies ameaçadas de extinção (MIRANDA, 2010).

A proposta encaminhada da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim gira em torno de uma área de 16.663,55 hectares com perímetro aproximado de 71,21 km e abrange os respectivos povoados: Cajueiro, Limoeiro, Taim, Rio dos Cachorros, Porto Grande, Portinho, Embaubal, Jacamin, Amapá e Tauá-Mirim (DAMASCENO & BARBOZA, 2010).

Na disputa pelo controle do território, as lideranças dos povoados do Taim e de Rio dos Cachorros solicitaram ao CNPT/IBAMA o andamento do pedido de constituição da Reserva Extrativista que foi demandado no ano de 2003. O desejo de regularizar o uso e controle do território ancestralmente ocupado e de manutenção das possibilidades de reprodução do grupo é anterior à discussão da instalação do pólo siderúrgico. (SANT’ANA JÚNIOR et al., 2009b).

## II-METODOLOGIA

A coleta das informações que embasam este artigo foi realizada na pesquisa de campo, nos meses de maio e junho do ano de 2010, através da utilização de várias técnicas, tais como: levantamento bibliográfico, entrevistas informais gravadas com consentimento para posterior conferência com alguns moradores do povoado de Porto Grande, participação em eventos da comunidade, registro de imagens, através de fotografias, e uma tentativa de observação participante, que para Minayo (2007, p.70) é “um

processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica.”

### III- RESULTADOS E CONCLUSÕES

Com a observação *in loco* durante a pesquisa realizada no período de maio a junho de 2010, deparei-me com a “Mineração Porto Grande”, que coloca em risco o acesso ao povoado do Taim. Pude em informação concedida pelo morador Júlio César<sup>2</sup>, constatar que:

A Mineração Porto Grande já criou uma grande cratera que já está se aproximando da estrada principal de Porto Grande e da entrada principal do Taim, sendo que a estrada do Taim já está mais comprometida. Se o período de chuva fosse igual o período de chuva do ano passado automaticamente aquela estrada não existiria mais (Júlio César, entrevista realizada em 19/06/2010 por Emanuelle Lyra Jardim, integrante do GEDMMA-Grupo de Estudos Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente).

Além deste prejuízo verifica-se também a configuração de outros problemas para o povoado.

A roça que meu pai trabalha tem próxima uma jazida de extração de areia. Tava tendo areia, barro da jazida já na estrada e a na roça que meu pai trabalha. Com isso você vê a forma de degradação do meio ambiente que a gente tá vendo na nossa região. (Júlio César, entrevista realizada em 19/06/2010)<sup>3</sup>

Outro ponto que chamou bastante atenção no povoado foi o impedimento de acesso ao porto que é gerenciado hoje pela Empresa Maranhense Portuária. O acesso é restrito e fui aconselhada para a realização de encaminhamento de um ofício para permissão da minha entrada. Já tinha informações anteriores de que esse acesso foi retirado dos moradores pela vinda da empresa. Segundo informações de alguns moradores, as conseqüências deste ato são extremamente danosas, haja vista que este porto fora criado pela comunidade, e, sendo assim, não deveria ter tal interdição. Na entrevista pude sentir a angústia expressa pelo morador de algo lhes sendo retirado.

A EMAP tomou de conta do porto da comunidade alegando que toda zona portuária é do estado. Um porto comunitário feito pela própria

<sup>2</sup> Júlio César é morador da região de Porto Grande, tem 24 anos, possui formação em Letras Licenciatura e acompanha o processo de implantação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim.

<sup>3</sup> Todas as entrevistas contidas no presente tópico foram realizadas por Emanuelle Lyra Jardim, integrante do GEDMMA-Grupo de Estudos Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente.

comunidade, feito por pessoas da comunidade para o seu sustento e que foi tomado (Júlio César, entrevista realizada em 19/06/2010)

Outro morador chamado José Nilton<sup>4</sup> explicou-me que várias famílias receberam propostas de indenizações de seus terrenos. Fotografei o local das antigas casas que foram indenizadas e acompanhei o relato do mesmo morador que expressou que boa parte destes moradores voltaram para a região de Porto Grande. Confessou-me que é extremamente difícil confiar naqueles que venderam seus terrenos pelo fato dos mesmos receberem novamente propostas de indenização. Dessa forma, os empreendimentos ganham espaço cada vez mais e ameaçam os modos de vida particulares das populações tradicionais, além de colocar em xeque a destruição dos manguezais e mananciais presentes na região.

A quantidade de peixes diminuiu consideravelmente por causa do aprofundamento do canal, teve o aprofundamento do canal da Alumar e começou a matar os peixes, os peixes começaram a sumir, teve uma época que para pescar tava complicado, não pegava quase nada. (Júlio César, entrevista em 19/06/2010).

Pude observar em um festejo realizado na comunidade em comemoração ao dia 29 de junho, dia de São Pedro, que os moradores possuem a tradição de realizar a missa na igreja Católica localizada na região e, logo após a procissão, levam a estátua do santo até o porto. O ritual da missa foi conduzido pelos moradores do povoado de Porto Grande. A maioria das pessoas que estavam na missa eram mulheres e crianças.

Havia dois barcos para levar as pessoas que estivessem interessadas em participar do evento/ritual. Na trajetória os moradores cantavam diversas músicas, e as estrofes que se destacaram foram: “Senhor São Pedro é protetor. Tu és a glória do redentor”; “Glorioso Senhor São Pedro. Patriarca do mar. Que leva a barca ao vento. Sem temer e vacilar.”

Em todo itinerário pude perceber a importância que este ritual tem para os moradores de Porto Grande. Observa-se que o modo de vida deste povoado encontra-se ameaçado, pois, de acordo com Jardim (2009, p.48) “a dificuldade de sair do local não está

---

<sup>4</sup> José Nilton é morador da região de Porto Grande, tem 51 anos, é presidente da Associação de Moradores de Porto Grande.



atrelada a perder a uma propriedade que lhe pertence, mas sim o indivíduo perder sua identidade por se considerar pertencente ao local.”

## REFERÊNCIAS

BUNKER, Stephen G. **Underdeveloping the Amazon: Extraction, Unequal Exchange, and the Failure of the Modern State.** Chicago and London: The University of Chicago Press, 1988.

CARVALHO, Fernanda Cunha de. Ordenamento territorial e impactos socioambientais no Distrito Industrial de São Luís-MA. In: SANT'ANA JÚNIOR et. al. (Orgs.) **Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim.** São Luís: EDUFMA, 2009, p.41-60.

DAMASCENO, Elena Steinhorst & BARBOZA, Elisângela Maria. O homem e o manguezal: percepções ambientais e expectativa de efetivação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, São Luís-MA. In: SANT'ANA JÚNIOR et. al. (Orgs.) **Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim.** São Luís: EDUFMA, 2009, p. 125-152.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: Edgard Blüger, 1973.

JARDIM, Emanuelle Lyra. **Parque Nacional da Chapada das Mesas: uma nova abordagem no cotidiano do sertanejo.** São Luís, 2009. Monografia (Licenciatura em Ciências Biológicas) - Universidade Estadual do Maranhão.

LEROY, Jean Pierre. **Territórios do futuro.** Educação, meio ambiente e ação coletiva. Belém: Editora Lamparina, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et. al. ( Orgs.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2007.

MIRANDA, Ana Caroline Pires. Unidades de Conservação da natureza x indústrias potencialmente poluidoras: o caso da implantação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim. In: SANT'ANA JÚNIOR et. al. (Orgs.) **Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim.** São Luís: EDUFMA, 2009, p. 87-107.

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social.** 6 ed. São Paulo: Cortez, 2004. (Questões da nossa época; v. 41).





SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes. **Florestania**: a saga acreana e os Povos da Floresta. Rio Branco: EDUFAC, 2004.

SANT'ANA JÚNIOR, H. A.; PEREIRA, M. J. F.; ALVES, E. J. P.; PEREIRA, C. R. A. **Projeto de Pesquisa e Extensão: Projetos de desenvolvimento e conflitos socioambientais no Maranhão**. São Luís, 2009a.

SANT'ANA JÚNIOR, H. A.; PEREIRA, M. J. F.; ALVES, E. J. P.; PEREIRA, C. R. A. A Resex de Tauá-Mirim, grandes projetos de desenvolvimento e a resistência socioambiental: introduzindo o debate. In: SANT'ANA JÚNIOR et. al. (Orgs.). **Ecos dos conflitos socioambientais**: a RESEX de Tauá-Mirim, São Luís: EDUFMA, 2009b, p.17-39.

SANTOS, Ana Maria Pereira dos & BARBOZA, Elisângela Maria. Entrevista com Maria Máxima. In: SANT'ANA JÚNIOR et. al. (Orgs.) **Ecos dos conflitos socioambientais**: a RESEX de Tauá-Mirim. São Luís: EDUFMA, 2009, p. 205-224.

SILVA, Sislene Costa da. **Filhos do Taim**: estratégias para defesa e uso de um território. São Luís, 2009. Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Maranhão.